



RELATÓRIO DE VIAGEM

Deputado Padre João – Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Período da viagem: 16 a 18 de novembro de 2016

Cidade de Origem da viagem: Belo Horizonte / DF

Cidades de Destino da viagem: Cascavel, Quedas do Iguaçu e Capanema – PR

Diligência a Quedas do Iguaçu – PR após a prisão de oito militantes do MST e à Capanema-PR para tratar os atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu

16, 17, 18 e 19 de novembro de 2016

RESUMO

Com o objetivo de verificar *in loco* a situação dos trabalhadores rurais acampados nas terras griladas pela empresa pela empresa Araupel Celulose, em Quedas do Iguaçu – PR, e a situação dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu em Capanema - PR, uma comitiva da CDHM viajou em diligência à região. A comitiva foi formada por um grupo de quatro parlamentares federais – o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Padre João (PT-MG), o Deputado Zeca Dirceu (PT-PR), o Deputado Marcon (PT-RS) e o Deputado Assis do Couto (PT-PR), dois deputados estaduais – o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Paraná, Tadeu Veneri e Professor Lemos, um vereador do município de Cascavel, Professor Paulino, e dois vereadores de Quedas do Iguaçu, Silvano Ribeiro e Claudemir Torrente Lima. Eles conversaram com autoridades ligadas aos casos e com moradores das regiões onde há conflito agrário e atingidos por barragem. No retorno, o presidente da CDHM pediu providências descritas neste relatório.



RELATO

DIA 16/11

O deputado Padre João, presidente da CDHM, deslocou-se de Belo Horizonte a Cascavel em voo comercial, chegando no estado do Paraná a 0h30 do dia 17. Os dois assessores que acompanharam a diligência com Comissão, Tayla Post e Leonardo Santana, deslocaram-se de Brasília no dia 16 às 19h e chegaram à Cascavel no mesmo horário do deputado. Os demais integrantes da Comitativa deslocaram-se de suas atividades no parlamento ou nas regiões onde atuam para o local da diligência em horários diversos. No aeroporto, os membros da CDHM foram recebidos pelo senhor José Augusto Wendler, chefe de gabinete do vereador Professor Paulino, da Câmara Municipal de Cascavel, que realizou apoio de transporte e acompanhou todas as atividades da diligência. A comitiva pernitoou em Cascavel.

DIA 17/11

Com início às 6h30, a primeira atividade do dia foi uma reunião do Presidente da CDHM e assessores com parte da Comitativa que acompanharia as atividades. Participaram do café da manhã os senhores Cláudio de Oliveira, advogado do MST, o vereador de Cascavel, Professor Paulino, seu chefe de gabinete, José Augusto Wendler, o Deputado estadual Professor Lemos, seu assessor Manoel Campos, Raul Bergol, Ouvidor Agrário do INCRA, Celso Ribeiro e Diego Moreira, da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, e a senhora Geani Paula, jornalista. O intuito da reunião foi nivelar informações sobre a situação dos conflitos locais, dos processos judiciais e sobre as demandas que envolvem a necessidade de providências sobre as violações de direitos humanos.

Em seguida, a comitiva – acompanhada durante todas as atividades, além de por José Augusto Wendler, pelo Senhor Raul Bergol –, seguiu para o município de Corbélia (que fica a 38km de Cascavel), onde visitou a senhora Fabiana Braga (Bugra), militante do MST que está presa em condição preventiva desde o dia 4/11 deste ano na 49ª Delegacia Regional de Polícia Civil. A senhora



Fabiana, embora esteja detida em boas condições sanitárias e de saúde, ressaltou o caráter de perseguição política que acredita permear sua prisão. Registra-se, também, que a militante abordou a possibilidade de sua transferência para a penitenciária feminina de Foz do Iguaçu – PR, onde relata que as condições de higiene, segurança e saúde são precárias, além de se tratar de um lugar distante da residência de sua família.

A Comitiva dirigiu-se, então, para a Penitenciária Estadual de Cascavel – PR (a 38km de Corbélia), onde estão presos preventivamente os militantes Claudir Braga, Antônio Cloves Ferreira, Tiago Cleiton Ferreira, Valdemir Xalico De Camargo, Valderi Oliveira De Lara, Daniel Ferreira de Almeida e o vereador eleito mais votado do município de Quedas do Iguaçu, Claudelei Torrente De Lima. A Comitiva conversou com o Diretor da Penitenciária, senhor Rene Fernandes, e com o vice-diretor, Silvino de Souza. Na reunião, foi tratada da necessidade de transferência dos militantes para a Penitenciária Industrial de Cascavel, onde há melhores condições sanitárias, segurança e possibilidade de trabalho. Os diretores comprometeram-se a atender a demanda se os militantes concordarem com a transferência. Na conversa com os militantes, eles ressaltaram, assim como Fabiana, o caráter de perseguição política que permeia suas prisões e a tentativa de impedir a diplomação de Claudelei como vereador.

Foi feito, em seguida, o deslocamento da Comitiva para Quedas do Iguaçu (que fica a 119 km de Cascavel). Lá, a diligência fez reunião com os trabalhadores do Acampamento Dom Tomás Balduino, onde os acampados denunciaram assassinatos, casos de violência policial, perseguição política e arbitrariedades cometidas pelas autoridades locais. Os membros da Comitiva colheram as denúncias e colocaram-se à disposição para tomar providências acerca de quaisquer ilegalidades cometidas contra o MST no local. Participaram, além dos integrantes da Comitiva já citados, o senhor Hamilton Seriguelli, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Estado do Paraná.

Às 15h, a Comitiva da diligência, acompanhada pelo senhor Hamilton Seriguelli, reuniu-se com a juíza Paula Magalhães, responsável pelas decisões que determinaram as prisões preventivas na Operação Castra. Na conversa, a Comitiva ressaltou que as prisões parecem se inserir em um quadro mais amplo, difundido



nacionalmente, que busca criminalizar os movimentos sociais com base em decisões judiciais fundamentadas com argumentos generalizantes e que não individualizam as condutas dos militantes acusados de cometerem crimes. A juíza ressaltou que o processo corre em segredo de justiça e, portanto, não poderia tecer comentários sobre o conteúdo do processo. Ao ser questionada pelo Deputado Tadeu Veneri a respeito do vazamento de transcrições de escutas telefônicas do processo à Rede Globo, a juíza afirmou desconhecer os fatos e comprometeu-se a denunciar o ocorrido ao Ministério Público.

A reunião da Comitiva com o senhor Elder Teodorovicz, promotor de Justiça da Comarca de Quedas do Iguaçu, foi cancelada devido ao falecimento de seu tio.

Às 17h, teve início a audiência pública da CDHM na Câmara de Vereadores do município. Estiveram na mesa, além dos parlamentares da Comitiva, os senhores Hamilton Seriguelli, Assessor Fundiário Do Governo Do Paraná, Dr. Leonir Battisti – Coordenador Do Gaeco, Dr. Raul Cezar Bergol, Ouvidor Agrário Regional do INCRA. Estiveram presentes, também, trabalhadores assentados e acampados da região. Manifestaram-se durante o evento moradores do Acampamento Dom Tomás Balduino, da Fazenda Dona Hilda, do Acampamento Vilmar Bordin, da Fazenda Santa Rita, do Assentamento Leonir Urbach e do Assentamento Celso Furtado.

Na audiência, foi abordado o contrassenso existente em a Araupel Celulose grilar terras a União e, ainda assim, o poder público dificultar que as terras sejam retomadas para a realização de reforma agrária, bem como utilizar o aparato repressivo do Estado para inibir essa demanda. Os moradores denunciaram, além da negligência do Estado com a reforma agrária, a limitação de acesso a direitos básicos para os acampados, como os serviços de saúde e educação, além de violações de direitos humanos ligadas à assassinatos, perseguições e prisões arbitrárias.

Após o término da diligência, às 19h30, a Comitiva deslocou-se até Capanema (que fica a 137km de Quedas do Iguaçu) para pernoitar, onde chegou por volta das 21h30.



DIA 18/11

No dia 18, as atividades da diligência iniciaram por volta das 9h da manhã. Ao chegar na Comunidade Marechal Lott, onde estão acampados os agricultores que foram desapropriados de suas terras para a construção da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, foi realizada uma reunião entre a Comitativa da CDHM, autoridades locais e a coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Participaram dessa reunião, além da comitativa da CDHM, a liderança do MAB, Rodrigo Zancanaro e Darci Frigo, membro do CNDH e representante da Terra de Direitos.

Na conversa, ressaltou-se que pelo menos 1025 famílias foram atingidas pela construção da Usina e, até o momento, o Consórcio Baixo Iguaçu (formado 70% pela Neoenergia e 30% pela COPEL), responsável pela obra, não indenizou nem reassentou nenhuma família que foi desapropriada. O MAB denuncia que o Consórcio assinou 16 atas em que constavam acordos de reassentamento e, inclusive, apontavam as terras para a alocação das famílias. Entretanto, a empresa se nega a cumprir os acordos, firmados na presença do Ministério Público e de autoridades representantes do Governo do Estado do Paraná.

Ao visitar as áreas do acampamento, a CDHM constatou que, ao contrário do que é divulgado na imprensa local, a Usina não está impossibilitada de operar devido às manifestações do MAB. O portão lateral da Usina, com dimensões suficientes até mesmo para a entrada de caminhões, segue desobstruído. Nos momentos de presença ostensiva da Comitativa, funcionários da segurança da Usina negaram-se a destrancar os portões a fim de evitar que fosse registrada alguma imagem que comprovasse a livre passagem que os trabalhadores têm ao local. Entretanto, ainda assim, foram feitos registros dos portões desobstruídos, fechados apenas por corrente e cadeado da própria empresa.

Em audiência pública realizada no período da tarde, participaram, além dos membros da Comitativa, o senhor Hamilton Seriguelli, Dr. Gerson Silva, Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a defensora pública de Cascavel, Luciana Bueno, a promotora do Centro de Apoio às promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná, Ana Paula Pina Gaia, além de



vereadores e prefeitos de municípios atingidos e lideranças religiosas da região. Foram discutidas na audiência as violações de direitos humanos cometidas pelo consórcio contra as famílias do MAB, que envolvem situações que afetam o direito à alimentação, à dignidade, à terra, uma vez que as famílias desapropriadas dependiam exclusivamente da agricultura e, portanto, da propriedade, para subsistir.

Após a audiência pública, o Deputado Padre João partiu para o estado de Minas Gerais. Assessores da CHDM e demais membros da Comitativa participaram de nova reunião entre a Comitativa, autoridades locais e coordenação do MAB para tratar dos encaminhamentos. A reunião finalizou por volta das 19h, momento em que a assessoria se deslocou até Cascavel e pernitoiu para retornar à Brasília em voo no dia seguinte.

CONFLITOS AGRÁRIOS NO PARANÁ

Foram assassinados, a tiros e em conflitos coletivos pela posse da terra rural, dezessete integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Paraná desde 1993. Em 7 de abril deste ano, foram mortos os senhores Vilmar Bordim, 44 anos, casado, pai de três filhos; e Leomar Orbach, 25 anos, que deixou esposa grávida aos nove meses.

O acampamento Dom Tomás Balduino, maior acampamento da região do Baixo Iguaçu, no Paraná, está atualmente em posse da Araupel Celulose. A justiça já reconheceu que a área é pública através de decisão de uma ação civil pública do INCRA. De acordo com a decisão, a empresa teria 90 dias para sair das terras. Entretanto, a decisão desagradou tanto o INCRA quanto a Araupel, porque, embora as terras fossem devolvidas à União, estendeu-se um prazo longo para a empresa desocupar – que não foi cumprido, e porque a terra não foi passada para posse do INCRA, o que impedia a realização de reforma agrária.

No último 4 de novembro, foi desencadeada a chamada “Operação Castra” que tinha por objetivo cumprir 14 mandados de prisão preventiva e dois mandados condução coercitivas contra militantes do MST. As alegações são de roubo, invasão de propriedade, incêndio criminoso e cárcere privado. A operação foi coordenada pelo estado do Paraná, mas envolvia mandados de prisão também



em São Paulo e no Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, foram presos os oito militantes que a Comitativa desta diligência visitou: Fabiana Braga, Claudir Braga, Antônio Cloves Ferreira, Tiago Cleiton Ferreira, Valdemir Xalico De Camargo, Valderi Oliveira De Lara, Daniel Ferreira de Almeida e o vereador eleito mais votado do município de Quedas do Iguaçu, Claudelei Torrente De Lima.

Em conversa com o advogado do caso, foi apontado que a decisão judicial que fundamenta as prisões é frágil e pode ser revertida tecnicamente. A fragilidade das acusações é mais um elemento que reforça a percepção dos movimentos sociais de que existe uma cruzada pela criminalização do MST e em defesa dos interesses da Araupel Celulose, que no momento ocupa terras da União destinadas à reforma agrária.

ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA BAIXO IGAÇU

A Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu começou a ser construída na região de Baixo Iguaçu, no Paraná, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema, em 2013. Além dos municípios citados, a construção da Usina afeta, também, as cidades de Realeza, Planalto e Nova Prata do Iguaçu. Trata-se de uma área vizinha ao Parque Nacional do Iguaçu.

A hidrelétrica em construção no rio Iguaçu estava entre as obras previstas no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. Orçada em R\$ 1,7 bilhão, ela terá, pronta, capacidade para suprir demanda de mais de um milhão de consumidores. O sistema empregado é o de passagem, onde a água que abastece as turbinas não fica represada. A responsável pela obra é o Consórcio Baixo Iguaçu (70% Neoenergia + 30% Companhia Paranaense de Energia - COPEL). Atualmente, trabalham no canteiro de obras cerca de 2,8 mil operários contratados pela Construtora Odebrecht.

A usina conta com três unidades geradoras, e deveria começar a operar em 2016, mas, devido aos atrasos e paralisações, tem previsão para iniciar os trabalhos em 2018. As violações de direitos no local envolvem questões geralmente presentes na construção de barragens, que passam por desapropriação forçada, violação do direito à indenização, falta de participação das populações ribeirinhas



no planejamento das construções, etc.. Ao todo, pelo menos 1025 famílias foram atingidas diretamente pela obra.

Uma das condicionantes para que o Instituto Ambiental do Paraná conceda a licença de Operação para o empreendimento da Usina é o cumprimento do isolamento de uma área de preservação permanente mínima de 100 metros ao redor do reservatório da UHE, bem como o cumprimento do Programa de Reassentamento da População Atingida que deverá ser concluído até a solicitação do licenciamento ambiental de operação, acompanhado de um Programa de Assistência Técnica às famílias atingidas abrangendo atividades de ordem técnica, social e ambiental.

A CDHM verificou *in loco* que:

- O Consórcio Baixo Iguaçu **não** cumpriu, entre outras, as condicionantes de números 20, 23 e 24 da Licença Prévia da Usina, que deveriam ter sido atendidas para a concessão da Licença de Instalação. São as condicionantes:

20- Elaborar cadastro fundiário socioeconômico atualizado das propriedades e famílias impactadas pelo empreendimento.

23- Fazer o cadastramento populacional e socioeconômico Georreferenciado atualizado do Distrito de Marmelândia.

24- Efetuar o cadastramento efetivo das famílias diretamente atingidas nos fatores de infraestrutura e saneamento básico, estimando-se o consumo das mesmas.

- O Consórcio Baixo Iguaçu **não** cumpriu, entre outras, as condicionantes de números 39, 40, 51 e 52 da Licença de Instalação da Usina, que deveriam ter sido atendidas anteriormente à obtenção da Licença de Operação:

39 – O Programa de Estudos para Conservação da Flora deverá ter sua continuidade conforme apresentado, devendo ser efetuada a preservação de uma faixa mínima de 100 (cem) metros ao redor do reservatório da UHE Baixo Iguaçu como Áreas de Preservação Permanente conforme a Lei Federal nº 12.251/2012 e Resolução CONAMA 302/202



40 – O isolamento da Área de Preservação Permanente mínima de 100 (cem) metros, ao redor do reservatório da UHE, deverá estar efetuado quando da solicitação do Licenciamento Ambiental da Operação

51 – O Programa de Remanejamento da População Atingida deverá ter sua continuidade conforme apresentado e apresentar relatórios com a evolução dos procedimentos de desapropriação as quais deverão estar concluídas até a solicitação do Licenciamento Ambiental da Operação

52 – Deverá ser desenvolvido um programa de Assistência Técnica às famílias abrangendo atividades de ordem técnica, social e ambiental

- Não há acordo coletivo da empresa com os atingidos. A empresa busca tratar o caso de forma individualizada. A individualização das negociações mostra a falta de compromisso do consórcio com os coletivos organizados e a intenção de não indenizar a todos os afetados

- O MAB denuncia que o Consórcio assinou 16 atas em que constavam acordos de reassentamento e, inclusive, apontavam as terras para a alocação das famílias. Segundo eles, a Neoenergia mostrou as melhores terras de Toledo como a área que seria destinada à reassentamento. Entretanto, a empresa se nega a cumprir os acordos, firmados na presença do Ministério Público e de autoridades representantes do Governo do Estado do Paraná e o processo de reassentamento das famílias segue estagnado.

- Diante da falta de diálogo e desprezo do Consórcio com a situação dos atingidos, a ocupação do canteiro de obras pelo MAB é uma forma de manifestação política legítima. Ressalta-se, entretanto, que, ao contrário do que é divulgado na imprensa, há portões desobstruídos na Usina, o que possibilita o Consórcio de seguir trabalhando.

- O Consórcio alega que não possui cadastro físico das famílias. Dessa forma, dificulta que se dimensione o impacto das obras sobre as famílias e, por conseguinte, que seja possível verificar parte do cumprimento das condicionantes para a licença de operação do empreendimento.



- O Consórcio não está cumprindo as condicionantes referentes ao reassentamento/indenização, uma vez que as famílias seguem acampadas na Comunidade Marcheal Lott sem sequer uma perspectiva de negociação a curto prazo.

OPINIÕES

Sobre as violações de direitos humanos cometidas contra o MST:

“A Comissão de Direitos Humanos foi acionada pelo próprio movimento social. Já estamos acompanhando de perto, desde abril. A visita visa ouvir os presos e registrar que é importante, é o nosso papel fazer isso. Queremos, também, dialogar com as autoridades”

“A luta de vocês [MST] é legítima, e nós estamos juntos nessa luta, porque a luta pela reforma agrária não pode ser criminalizada. Movimento social tem que ser respeitado. E é por isso que estamos aqui [...]. Quero dizer para vocês: nós estamos trabalhando e vamos resolver [...]. São situações fáceis de serem resolvidas e eu tenho certeza de que os advogados vão resolver”, disse o assessor especial de Assuntos Fundiários do Paraná, Hamilton Seriguelli.

“Nós sabemos que eles [militantes do MST presos] não são presos comuns. Nós sabemos que não são bandidos, que são presos políticos”, disse o diretor-geral da Penitenciária Estadual de Cascavel, o senhor Rene Fernandes

“O pedido de prisão preventiva é frágil. Nota-se uma grande dificuldade de individualizar condutas. Há condições de reverter as prisões tecnicamente”, disse Cláudio de Oliveira, advogado do MST

Sobre o descumprimento da lei e dos acordos quanto aos atingidos pela construção da barragem em Capanema:

Padre João afirmou às vítimas: “A lei é clara, tem que garantir condição igual ou melhor de qualidade de vida, até porque a empresa não consegue indenizar o afeto da relação com a terra”



“Entendemos que a obra deveria ser suspensa pelo IAP [Instituto Ambiental do Paraná], e que eles compreendam que administrativamente não há condições para ser mantida a obra”, garante a defensora pública de Cascavel, Luciana Tramujas Azevedo Bueno

Hamilton Serighelli, assessor especial de Assuntos Fundiários do governo estadual, afirmou que o Consórcio se nega a negociar, mesmo depois de 32 reuniões e assinatura de 16 atas, desde 2013, início das obras. “Não estamos aqui de brincadeira, não pode ser assim. Isso não é coisa de gente séria, fez todos nós perdermos tempo. Parece coisa daquele piá que é dono da bola e diz que não quer mais brincar. Que falta de responsabilidade é essa?”,

“Vocês não imaginam o que é passar a noite de baixo da barraca de lona, as tempestades, os dias de calor. É uma coisa insuportável, mas nós somos fortes, somos lavradores, não vamos desistir. Nós não somos ricos, tudo que temos é com muito suor, e vai vir uma empresa estrangeira e tomar tudo de nós? Não vai tomar. Nós somos mais fortes que ela”, garante a agricultora Judite da Silveira Antonello, de Realeza - PR, referindo-se à empresa Neoenergia.

Darci Frigo, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, afirma “O empreendimento traz não só a perda do direito da propriedade, mas também o problema do sofrimento psicológico, o que chamamos de dano moral”.

APOIO

A comitiva teve apoio logístico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da Câmara de Vereadores do Município de Cascavel e da Polícia Rodoviária Federal. Acompanharam os trabalhos a Ouvidoria Agrária do INCRA, a Assessoria de Especial de Assuntos Fundiários do Paraná, diversos movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil.

ENCAMINHAMENTOS

- Solicitação de que a CDHM intervenha para garantir que a militante Fabiana Braga permaneça em Corbélia ou seja transferida para a Penitenciária de



Quedas do Iguaçu, para que fique próxima do local de moradia de sua família e mantenha o acesso ao advogado de seu caso;

- Solicitação de que a CDHM intervenha junto ao Diretor-Geral do Presídio Estadual de Cascavel para promover a transferências dos senhores Claudir Braga, Antônio Cloves Ferreira, Tiago Cleiton Ferreira, Valdemir Xalico De Camargo, Valderi Oliveira De Lara, Daniel Ferreira de Almeida e Claudelei Torrente De Lima para a Penitenciária Industrial de Cascavel, onde as condições sanitárias, de saúde e de segurança são melhores e há possibilidade de trabalhar;

- Solicitação de que a CDHM busque, através de conversa com a juíza Paula Magalhaes, levantar a demanda de que o senhor Claudelei Torrente De Lima, vereador eleito mais votado para próxima legislatura em Quedas do Iguaçu, que se encontra preso preventivamente, possa ser diplomado para exercer o mandato caso solto;

- Solicitação de que a CDHM peça ao Consórcio Baixo Iguaçu o cadastro das famílias atingidas;

- Solicitação de que a CDHM peça informações ao Ministério Público Federal e do Estado do Paraná sobre o descumprimento dos acordos firmados pelo Consórcio Baixo Iguaçu com as famílias na presença das autoridades;

- Solicitação de que a CDHM envie um relatório ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) atestando que as condicionantes da Licença de Instalação não estão sendo cumpridas e, portanto, recomendando que a licença de operação da Usina deveria ser suspensa;

- Solicitação de que a CDHM, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná solicite uma reunião entre representantes das famílias atingidas, o Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná, senhor Valdir Luiz Rossoni, o presidente da CDHC da ALEP, Tadeu Veneri e o Assessor Especial para Assuntos Fundiários, senhor Hamilton Seriguelli, para tratar das reivindicações elencadas pelo MAB a seguir:



1. Revisão de caderno de Preços:

Tabela de 2013 com acréscimo de 44%:

a) Para as famílias que não concordarem com os valores, que se esgotem todas as possibilidades de negociação amigável;

b) Após realização do cadastro físico, prazo de 15 dias para entrega do laudo, pagamento 10 dias após aceitação da proposta;

c) Garantia de permuta como modalidade de direito.

2. Reassentamento Rural Coletivo:

Garantir o reassentamento como opção de direito, conforme previsto no PBA – Plano Básico Ambiental (cumprimento integral do item 4.23.6.1).

a) Retomada imediata das tratativas a partir do que já foi acordado em atas;

b) Imediata aquisição de Áreas de terras para reassentamento, que comporte o tamanho mínimo de 20 famílias;

c) Após realização do cadastro físico, 15 dias para entrega do parecer sobre estudo de caso;

d) Tendo 08 famílias feito opção pelo reassentamento, iniciar plano de relocação dessas famílias, construção das casas e infraestruturas no reassentamento.

3. Cadastro Físico:

Ser realizado de forma organizada e ser divulgado:

a) Com cópia do cadastro para as famílias;

b) Garantia de condições para equipe técnica, visando acompanhamento na realização dos cadastros.

4. Plano Urbanístico da comunidade de Marmelândia:



a) Assegurar, conforme consta nos estudos e licenças ambientais, APP de 100 metros;

b) Projeto de revitalização da comunidade com foco no turismo e na geração de renda para as famílias.

5. Discussão sobre Plano de Recuperação e Desenvolvimento das Comunidades e Municípios atingidos pela UHE Baixo Iguaçu:

a) Reestruturação produtiva (correção de solo, pastagens etc.);

b) Projetos de assistência técnica, industrialização e comercialização de alimentos;

c) Investimento em infraestrutura, rede de água, energia elétrica, readequação estradas.

6. Condições Gerais:

a) Cumprir atas já acordadas entre as partes;

b) Área de preservação Permanente (APP) de 100 metros;

c) Assegurar o direito de negociação amigável, sem judicialização;

d) Inventário, escritura e mudança custeados pelo Consórcio;

e) Arquivamento definitivo dos processos e interditos movidos pelo Consórcio contra os atingidos.

Deputado PADRE JOÃO
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias